



**COLBEDUCA**  
CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



V COLBEDUCA

# COMUNICAÇÕES ORAIS



**COLBEDUCA**  
CoTóquio Luso-Brasileiro de Educaçáo



V COLBEDUCA

# DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES ORAIS



**COLBEDUCA**

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## ENSINO DE ANÁLISE REAL NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Caroline Vanessa Wendland; UDESC; carol.cvw@gmail.com

Esta pesquisa traz, primeiramente, considerações apresentadas por dois recentes trabalhos que buscam o real entendimento do porquê da presença da disciplina de Análise Real, ou Análise na Reta, nos cursos de Licenciatura em Matemática no Brasil. Com raros trabalhos de pesquisa em instituições de ensino já realizados acerca deste tema, os autores dos artigos de base divulgam opiniões de agentes envolvidos no tema: professores e licenciandos. São comentadas algumas motivações para a existência da disciplina nos últimos períodos da graduação na visão dos próprios envolvidos. Após pesquisa e análise bibliográfica, partiu-se para uma pesquisa qualitativa por meio de questionário via internet. Buscou-se investigar na região de Joinville, no Estado de Santa Catarina, a opinião de licenciandos em Matemática acerca dessa disciplina. Perguntou-se, em resumo, o que se lembravam da disciplina, a forma como a mesma foi ministrada, como foi o seu desempenho acadêmico e o quanto a mesma enriqueceu seu trabalho após conclusão do curso. As respostas foram variadas. Alguns acreditam que a disciplina tem a função de fundamentar o conhecimento matemático do licenciando, consolidando e formalizando conceitos não estudados em sua forma completa em fases acadêmicas anteriores. Entretanto, outros veem a disciplina como dispensável no currículo, por ser de cunho pesado para um curso que forma professores para o ensino básico. Creem que uma disciplina da área de Educação Matemática poderia atuar de maneira mais enriquecedora nos últimos momentos da graduação do que o curso de Análise Real, entre outras disciplinas citadas. Este trabalho de revisão não busca verdades últimas ou dados inquestionáveis, apenas deseja levar a uma reflexão sobre o tema, tão pouco discutido. Neste caso, concluiu-se que alguns alunos finalizam a matéria de Análise Real sem entender as motivações para a mesma compor o currículo de seu curso. Mas, também, pode-se estudar as causas que justificam a disciplina na graduação. Assim, entende-se que há uma possível falha na ligação professor-aluno, que acarreta numa confusão quanto a importância desta matéria. Defende-se, por fim, que não somente na educação básica se deve buscar significado para os estudos, mas que também os alunos do ensino superior, em especial os de Licenciatura em Matemática, gostariam de compreender melhor a implicação das disciplinas para seu futuro como professor.

Palavras-chave: licenciatura em matemática, análise real, currículo.

DC-001



## CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO E SUJEITO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS.

Danielle Pykocz; UDESC; danielle.pykocz@gmail.com

Larissa Cerignoni Benites; UDESC; lari.benites@gmail.com

Este resumo tem origem no desenvolvimento da pesquisa de mestrado intitulada “A Base Nacional Comum Curricular e a Integração dos Currículos Disciplinares: princípios pedagógicos e políticos”, que vem sendo realizada no Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (FAED/UDESC). Compreendeu-se que a BNCC reflete um processo histórico de fomentação de diversas políticas curriculares já instituídas, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases-LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais-DCN e os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN. Diante deste contexto, objetivou-se compreender qual(is) é(são) a(s) concepção(ões) que se tem de currículo e do perfil dos sujeitos nestes documentos supracitados, que são considerados oficiais e se articulam com a proposição da BNCC. Assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa que se apoiou na técnica de análise documental, e para esse momento foi possível mencionar alguns resultados vistos por meio de dois apontamentos. O primeiro refletiu a variedade de concepções de currículo. A concepção de currículo dos documentos oficiais é atravessada por um conjunto de concepções e intencionalidades que disputam a escola, uma vez que o currículo legitima um tipo de conhecimento cuja seleção apoia-se em bases ideológicas e opera como instrumento de dominação e difusão de um tipo de cultura. O segundo apontamento diz respeito à relação de poder na escolha do currículo e como esta proposição se relaciona diretamente com a noção de sujeito. Essa perspectiva acabou por conduzir a articulação entre o perfil de sujeito que se pretende formar via escolarização e as orientações curriculares dos documentos oficiais. O que se percebeu nos documentos analisados foi a consagração das tradicionais disciplinas escolares que de forma integrada devem desenvolver valores, capacidades, habilidades e/ou competências, seja por meio dos seus objetos, métodos, instrumentos próprios ou linguagem característica. Neste sentido, o conteúdo escolar apresentou valor no seu potencial instrumental para a formação cidadã e preparação para o trabalho. Em seu horizonte está a formação de um sujeito autônomo, crítico, participativo, inventivo, criativo, cooperativo, entre outras características comportamentais. Autonomia, ideal de origem progressista, aparece em evidência e atrelados ao desenvolvimento de capacidades e competências de natureza diversa. Como orientação de organização curricular, destacam-se os ideais de flexibilidade e de contextualização, justificados pela necessidade de se produzir sentidos aos conteúdos escolares. Porém, a ausência de sentidos não conduz, como seria de se esperar, para uma maior autonomia das escolas na elaboração dos seus currículos, já que o sentido só pode ser construído no contexto escolar. Como considerações finais registra-se que ao se compreender as ideias que se tem sobre currículo e sujeito ao longo dos documentos oficiais, notam-se as suas construções até se chegar à BNCC; um documento que traz como pretensão a oferta de sentidos prontos, manifesto por conteúdos estruturados no conjunto de habilidades e competências a serem desenvolvidas no aluno.

Palavras-chave: currículo, políticas curriculares, educação básica.

DC-002



## ENSAIOS DE DESENVOLVIMENTO CURRICULAR EM ESCOLAS QUILOMBOLAS: DESEJOS E DESAFIOS

Antônio Ferreira; Instituto Federal do Paraná;

antonio.ferreira@ifpr.edu.br

Edimara Gonçalves Soares; Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha -

SEED/PR; edimarasoares@yahoo.com.br

Este artigo vincula-se a uma pesquisa mais ampla, acerca da modalidade de Educação Escolar Quilombola nas escolas quilombolas do Paraná. O objetivo principal é investigar como as expectativas das comunidades quilombolas em relação a escola e também seu modo de vida se materializam no currículo escolar. Tratamos de analisar a interface dos saberes quilombolas na composição e organização do currículo escolar. A opção teórica sobre currículo filia-se à perspectiva crítica, por possibilitar questionar e problematizar as formas dominantes de conhecimento escolar, e por defender a formação crítica dos sujeitos e lhes habilitar para intervir e transformar condições ideológicas e materiais de subordinação. Assim, no âmbito da teoria crítica elaboramos indagações centrais sobre: como as práticas curriculares na escola quilombola podem fortalecer os mecanismos de luta e defesa dos sujeitos quilombolas no campo sociocultural? Que papel assume o currículo escolar no contexto das escolas quilombolas? Ainda, compreendemos o currículo como um “território em disputa” (ARROYO, 2011), um artefato produzido pela humanidade, portanto, histórico, cultural e social (MOREIRA & SILVA, 2003; VASCONCELLOS, 2009). O percurso metodológico foi de abordagem qualitativa, com método etnográfico. Como resultados da pesquisa, destacamos que a comunidade quilombola demanda da escola a construção de um currículo escolar que reconheça e valorize suas tradições culturais/históricas transmitidas por seus antepassados e recriadas na atualidade. A comunidade não está solicitando à escola a continuidade de um currículo que não dialoga com sua realidade, que não considera o contexto sociocultural e histórico em que a escola está inserida, mas sim, que a escola construa práticas curriculares que possibilitem ampliar, gradativamente, a visão de mundo dos alunos, pois com isso terão acesso à universalização do saber, à cultura universal patrimônio comum de toda humanidade. A análise dos dados coletados em entrevistas e observação na realidade escolar e comunidade quilombola nos permite inferir que as especificidades do currículo nas escolas quilombolas perpassam pelo entrelaçamento dos conteúdos disciplinares com modo de vida quilombola. Ainda, mediante interpretação dos dados, verifica-se que o currículo nas escolas quilombolas do Paraná ainda sufoca a voz dos sujeitos quilombolas, torna folclóricos seus saberes tradicionais e ignora a dinâmica social das comunidades quilombolas. As escolas quilombolas não apresentam nos seus componentes curriculares uma estrutura voltada para a formação dos sujeitos que vivem nas comunidades quilombolas. O desenvolvimento curricular das escolas quilombolas deve possibilitar uma integração entre os conhecimentos escolares/científicos com os saberes tecnológicos, formas de produção do trabalho, as formas de organização social, as estratégias de resistências e defesas, em síntese, os saberes da ancestralidade negra. O desenvolvimento curricular nas escolas quilombolas requer que se pense acerca que práticas curriculares devem ser construídas, que conhecimentos/conteúdos dos componentes curriculares são significativos para as comunidades quilombolas, que conceitos/teorias servem para potencializar possibilidades emancipatórias e afirmação indenitária dos estudantes quilombolas.

Palavras-chave: práticas curriculares, escolas quilombolas, educação quilombola.



## DESCOBERTAS INFANTIS: VIVÊNCIAS NOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

Ana Paula Corrêa; Faculdade Guilherme Guimbala; anapc.correa@yahoo.com.br

Cristina Ortiga Ferreira; Faculdade Guilherme Guimbala; cristinaortigaferreira@gmail.com

Este relato tem por objetivo apresentar propostas de intervenção na educação infantil com 130 crianças de 1 a 6 anos em uma escola bilíngue de Joinville/SC, de acordo com as alterações previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este documento define, em sua estruturação, o agrupamento de crianças em três fases: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. As fases “correspondem, aproximadamente, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças”. (BRASIL, 2017). Outra inovação proposta pela BNCC são os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se, essenciais para a construção da identidade e da subjetividade das crianças. Dando continuidade ao olhar de infância apresentado dos Referenciais Curriculares da Educação Infantil (RCNEI, 1998) a BNCC defende que na Educação Infantil, o desenvolvimento se dá por meio das brincadeiras e do relacionamento das crianças com outras crianças, com os adultos e consigo mesma. Destacando que a função da escola é diversificar e ampliar as aprendizagens, direcionando de maneira intencional as atividades, brincadeiras e experiências. Para isto apresenta os campos de experiência que colocam a criança como protagonistas no processo educativo. Ao todo, são cinco campos: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Estes evidenciam noções, habilidades, atitudes, valores e afetos que devem ser desenvolvidos nas crianças. Desta forma, a proposta de intervenção teve como objetivo estimular as diferentes linguagens da criança analisando a atividade criadora e as diferentes maneiras que cada uma constrói o pensamento. As crianças foram incentivadas a investigar o ambiente e a expressar incluindo a utilização de palavras, movimentos, desenhos, pinturas, montagens, projeção, esculturas, música e dramatizações. A organização dos espaços deixou transparecer a atenção dada ao protagonismo infantil, favorecendo a ação e a construção da identidade individual e do grupo, onde as crianças foram percebidas como sujeitos ativos em seu processo de criação. Os objetos oferecidos explicitaram as possibilidades oferecidas e aguçaram a curiosidade, atenção e o desejo das crianças em produzirem com autonomia e autoria. A análise das atividades ocorreu por meio de registros de imagens, falas, diálogos, reações e expressões face aos diferentes estímulos apresentados, tendo os registros nas paredes e demais áreas da escola como um meio de reflexão dessa vivência. Através desta documentação foi possível constatar a potencialidade das atividades sensoriais na primeira infância e a importância da interação e da mediação do outro/professor na construção do pensamento a partir da utilização de diferentes linguagens. A mediação dos professores produziu significados e sentidos que contribuíram com o processo de internalização constituído por meio das atividades integradas, O direito de todas as crianças é aprender a brincar e a interagir e esta foi a escolha pedagógica desta proposição.

Palavras-chave: educação infantil, mediação, protagonismo, registro.

DC-004



## POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS CURRICULARES DO BRASIL E DE PORTUGAL

Cléia Demétrio Pereira; UDESC; cleia.pereira@udesc.br

Este texto apresenta parte dos estudos realizados no doutorado, cujo objetivo foi analisar documentos dos sistemas educativos brasileiro e português, os quais regulamentam a organização dos percursos escolares de alunos com deficiência da educação básica numa perspectiva da educação, considerando a diferenciação curricular como possibilidade de mobilizar a justiça curricular. Compreendemos a justiça curricular no movimento que envolve a tomada de decisões sobre o currículo, desde a elaboração até sua atuação nas práticas curriculares, visando minimizar as desigualdades presentes nos percursos de escolarização dos alunos (CONNELL, 1997; SILVA, 2018). O desenvolvimento dessa investigação foi de natureza qualitativa, na qual a pesquisa documental identificou um conjunto de documentos oficiais que regulamentam a inclusão escolar no Brasil e Portugal, entre os anos de 2008 e 2016. Dos documentos identificados verificamos que o Decreto-Lei nº. 3/2008 (PORTUGAL, 2008) e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) ganharam maior visibilidade, por se tratar de documentos de referência em seus contextos educativos. Esses documentos foram analisados por meio da “análise temática” (BARDIN, 2009) e política de atuação (BALL, MAGUIRE, BRAUN, 2016), a fim de extrair os significados que deram sentido às temáticas sobre ‘políticas de inclusão escolar’; ‘diferenciação curricular’ e ‘justiça curricular e escolarização’. Além disso, de compreender a tradução e interpretação dos textos políticos, a partir dos atores que produzem a política e dos que colocam em atuação nas práticas curriculares, pois é nesse movimento que “as políticas tornam-se “vivas” e atuantes (ou não)” no contexto das práticas curriculares (BALL, MAGUIRE, BRAUN, 2016). Mediante as análises empreendidas nos contextos brasileiro e português, constatamos que a *convergência das políticas* internacionais (BALL, 2001) tem influenciado a condução das políticas nacionais na perspectiva da educação inclusiva como princípio de equidade na educação escolar, desde a década de 1990. Verificamos que os desdobramentos das políticas educativas no Brasil se expressam pela implantação das salas de recursos multifuncionais, com o objetivo de realizar o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, atribuindo ao professor especializado, a responsabilidade de assegurar a inclusão escolar, mediante sua atuação com os recursos tecnológicos disponíveis sem qualquer objeção a sua atuação docente de cunho pedagógico, menos ainda, aos conhecimentos curriculares, e, muitas vezes, sem estabelecer uma dialética com os demais profissionais do ensino comum. Em Portugal, as políticas curriculares estabelecem a inclusão dos alunos com deficiência em projetos de formação escolar nos agrupamento de escolas, subsidiados pela diversificação e diferenciação curricular (PORTUGAL, 2008), que se mantém vigente com a instituição do novo Decreto-Lei 54/2018 (PORTUGAL, 2018). Cumpre dizer que em ambos os sistemas educativos há presença de políticas educativas que regulamentam a escolarização de alunos com deficiência. Entretanto, não encontramos evidências mais explícitas sobre o acesso aos conhecimentos escolares, os quais fazem sentido a garantia de justiça curricular para todos os alunos. Assim, o acesso aos *conhecimentos escolares* continua sendo um desafio da contemporaneidade e a justiça curricular um ideário a ser atingido no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência na educação básica.

Palavras-chave: políticas de inclusão escolar, educação básica, práticas curriculares.

DC-005



## MEMORIAL DA VIDA ACADÊMICA: UMA ANÁLISE DOS MATERIAIS PRODUZIDOS PELOS ALUNOS DA DISCIPLINA DE PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

Daniela Nascimento da Silva; UDESC; daniela.silva@edu.udesc.br.

Tatiana Comiotto; UDESC; comiotto.tatiana@gmail.com

Este artigo parte de uma atividade realizada pelos alunos de Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática, da disciplina de Psicologia da Educação II – na Universidade do Estado de Santa Catarina – Joinville/SC. Essa atividade foi intitulada ‘Memorial da Vida Acadêmica’ e ela é uma adaptação de uma das técnicas de ensino-aprendizagem de Célestin Freinet: o Livro da Vida. A proposta do Memorial da Vida Acadêmica é que a turma (sala de aula) apresente a sua trajetória escolar, desde o primeiro contato com a escola, até os dias mais atuais na graduação. Além dos estudantes resgatarem as memórias da infância e até mesmo da adolescência, o Memorial da Vida Acadêmica tem como finalidade a assimilação entre as vivências escolares da turma com os conteúdos estudados na disciplina de Psicologia da Educação II. Com isso, os estudantes abordam situações vivenciadas no meio escolar, com uma visão docente adicionada, a partir dos autores e correntes de aprendizagens apresentados na disciplina. Contudo, os alunos relatam sobre metodologias utilizadas pelo professor e/ou a escola, postura do professor com os alunos, métodos de avaliação do professor, etc. Os relatos para a produção do Memorial podem ser feitos através de textos, fotos, desenhos, documentos, figuras ou recortes. Portanto, o presente artigo tem por objetivo discorrer e analisar os aspectos da vida escolar desses acadêmicos seguindo as teorias de aprendizagem ou metodologias de ensino utilizadas por autores que estão contidos na ementa da disciplina de Psicologia da Educação II, nos quais são: Paulo Freire, Rogers, Bruner, Skinner, Wallon, Freinet, Emília Ferreiro, Piaget, Gardner, Vygotsky, Maria Montessori, entre outros. Para esta pesquisa, foram analisados os memoriais de 36 alunos, de Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática, dos semestres 2013/1, 2013/2, 2014/1 e 2014/2. A proposta para a análise desses memoriais foi a construção de uma tabela, onde nela continha as informações ‘aluno’, ‘trecho do memorial’ e ‘autor citado’. Com isso, separou-se os memoriais dos graduandos por autor e ainda, eles foram divididos em três outras grandes categorias, seguindo as teorias de aprendizagem – behaviorista, cognitivista e humanista. Após as análises dos memoriais, concluiu-se que, além dos estudantes apresentarem memórias ‘marcantes’ de sua trajetória acadêmica, eles fizeram relações, das suas vivências, com os conteúdos aprendidos na disciplina de Psicologia da Educação II.

Palavras-chave: Psicologia da Educação II, licenciatura em matemática, licenciatura em química, Célestin Freinet, Livro da Vida.

DC-006



## **A CARTOGRAFIA ESCOLAR, O PENSAMENTO ESPACIAL E O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Natália Lampert Batista; Universidade Federal de Santa Maria; natilbatista3@gmail.com

O ensino de Geografia na contemporaneidade precisa buscar estratégias metodológicas capazes de compreender a realidade do espaço geográfico. Essa fluidez repercute na sala de aula e no processo de ensino-aprendizagem. Para dar conta dessa demanda, a Geografia Escolar deve se apoiar nas múltiplas linguagens desse tempo. A Cartografia Escolar, como linguagem geográfica, vem ganhando destaque nas novas (e contestadas) normativas para o ensino de Geografia como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse documento propõe que a abordagem dos conhecimentos geográficos, no Ensino Fundamental, passe a ser pautada pelo raciocínio geográfico e pelo pensamento espacial dando a Cartografia Escolar, portanto, considerável importância. O raciocínio geográfico, de acordo com a Base, compreende uma maneira de exercitar e de estimular o desenvolvimento do pensamento espacial, associa-se a abstração e a compreensão do espaço com base na localização, no entendimento do ordenamento territorial e das conexões existentes entre sociedade e natureza (BRASIL, 2018). O pensamento espacial é propulsor do raciocínio geográfico, isto é, da compreensão do mundo pelo viés da Geografia. Assim, com base nas premissas apresentadas, o presente trabalho visa destacar como a Cartografia Escolar e, por extensão, o pensamento espacial e o raciocínio geográfico são retratados na BNCC. Observa-se que é claramente mencionado elementos da Cartografia Escolar como foco da educação geográfica. São exemplos dos objetos de conhecimento da Geografia que perpassam pela Cartografia Escolar: 6º ano – “(EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas”; “(EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre” (BRASIL, 2018, p. 383); 7º ano – “(EF07GE09) Interpretar e elaborar mapas temáticos e históricos, inclusive utilizando tecnologias digitais, com informações demográficas e econômicas do Brasil (cartogramas), identificando padrões espaciais, regionalizações e analogias espaciais”; “(EF07GE10) Elaborar e interpretar gráficos de barras, gráficos de setores e histogramas, com base em dados socioeconômicos das regiões brasileiras”; 8º ano – “(EF08GE18) Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América”; “(EF08GE19) Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas com informações geográficas acerca da África e América” (BRASIL, 2018, p. 389); 9º ano – “(EF09GE14) Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais”; “(EF09GE15) Comparar e classificar diferentes regiões do mundo com base em informações populacionais, econômicas e socioambientais representadas em mapas temáticos e com diferentes projeções cartográficas” (BRASIL, 2018). Portanto, conclui-se que o pensamento espacial, o raciocínio geográfico e as habilidades e competências da Cartografia Escolar são mencionadas e destacadas na BNCC na medida em que os objetos do conhecimento ressaltam a exigência de compreender as espacialidades dos fenômenos e elementos estudados pela Geografia.

Palavras-chave: currículo, ensino de geografia, geografia escolar.

DC-007



**COLBEDUCA**

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## O ESTADO DO CONHECIMENTO EM TORNO DAS PESQUISAS SOBRE ENSINO DE MÚSICA E DEFICIÊNCIA VISUAL

Fabiane Araujo Chaves; UDESC; fabiane\_chaves@yahoo.com.br  
Cristina Rolim Wolffenbüttel; UERGS; cristina-wolffenbuttel@uergs.edu.br

A inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino é uma realidade. Até há pouco tempo, pessoas com deficiência frequentavam escolas especiais ou ficavam em casa, vivendo à margem da sociedade. Entretanto, para que existam efetivas práticas inclusivas, é importante que os profissionais conheçam essa realidade e se adaptem a ela. Esta adequação tem sido um longo processo, o qual tem demandado não somente a adaptação do espaço físico, mas também o preparo por parte dos profissionais envolvidos. Na educação musical não é diferente. Embora as pesquisas sejam recentes, os profissionais buscam conhecer alternativas para a educação musical inclusiva. Com a Lei n.º 11.769/2008, o ensino da música tornou-se obrigatório nas escolas de Educação Básica. Essa obrigatoriedade foi ratificada por meio da Resolução n.º 2/2016. Sendo assim, é importante que os professores estejam preparados para o atendimento desta demanda de trabalho, considerando-se a inclusão de crianças com deficiência, de modo a realizar um ensino de qualidade, conforme os objetivos propostos em sua disciplina. Partindo desses pressupostos, a presente pesquisa apresenta o estado do conhecimento sobre o que tem sido pesquisado e publicado envolvendo a educação musical e a deficiência visual. Além disso, objetiva refletir a esse respeito, com vistas a contribuir com os estudos que entrelaçam ambas as áreas. Como resultados da pesquisa foram coletadas 35 publicações, incluindo artigos científicos, dissertações, teses, resumos, projetos de pesquisa e livros *online*. A maioria dos materiais coletados trata do ensino e/ou da importância da Musicografia *Braille* como recurso de aprendizagem para as pessoas com deficiência visual. Observou-se, também, na maior parte das publicações, a procura por músicos ou estudantes de música com deficiência visual como sujeitos de pesquisa. Em apenas uma investigação, caracterizada como tese, houve o interesse em conhecer a realidade sobre o ensino de música para crianças cegas, considerando este como um campo que pode ser estudado com mais detalhes. A inclusão tem sido um desafio em diversas áreas da sociedade. Na escola, tem-se mostrado cada vez mais efetiva, ao mesmo tempo em que os profissionais estão buscando aperfeiçoamento e capacitações para que possam aprender a lidar com as diferenças. Esta realidade tem se apresentado, também, aos professores de música. Entende-se, portanto, a necessidade de haver um incremento nas pesquisas sobre educação musical e deficiência visual, bem como a formação dos professores de música no que se refere à educação inclusiva, beneficiando a população com deficiência visual que deseja ter acesso à educação musical.

Palavras-chave: educação musical, deficiência visual, inclusão.

DC-008



**COLBEDUCA**

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## **A EDUCAÇÃO DECOLONIAL COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO.**

Mariana da Silva de Lima; Universidade Unichristus, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará; marybr@gmail.com

O racismo é um fenômeno que recentemente foi reconhecido como sendo algo intrínseco a diversos setores que compõem a sociedade brasileira. Por muito tempo acreditamos que nossa sociedade era de fato uma “democracia racial”, porém hoje em dia percebemos que a realidade se apresenta como algo distante disso. É perceptível que a entrada de um grande número de pessoas negras nas universidades, por meio das políticas afirmativas dos últimos anos, foi um fenômeno que deu voz a uma parcela da sociedade dentro dos ambientes acadêmicos. Ainda assim, em vários setores da educação é visível que o racismo institucional ainda se apresenta persistente. Diferentemente do racismo enquanto conduta individual, o racismo institucional se caracteriza por ser um sistema de negação de direitos a um determinado grupo por conta de sua raça. No Brasil, ainda há muito que ser estudado quanto à questão do racismo institucional, no entanto atualmente muito tem sido feito para desconstruir todo um sistema que invisibiliza a população afro-brasileira, negando-lhe muitas vezes direitos mais básicos, como saúde e educação de qualidade. As instituições de ensino não fogem à regra, sendo facilmente observado que, em nosso sistema educacional, nos deparamos com um arcabouço de conhecimento, a ser trabalhado pelas escolas, baseado em uma epistemologia eminentemente eurocêntrica, negando o direito ao conhecimento de suas origens e de sua história a uma parte considerável da população brasileira. Por conta dessa situação, o objetivo desse trabalho foi analisar as intervenções de educação decolonial desenvolvidas no âmbito escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, em seus mais diversos *campi*, por meio das intervenções de docentes e servidores técnico-administrativos. A o estudo em questão é eminentemente qualitativo e foi feito ao longo de 2 anos. Através das análises dos eventos e intervenções, foi observado que foram abordadas as mais diversas temáticas como saúde da população negra, educação decolonial, religiões de matriz africana, cultura afro-brasileira. A análise feita mostrou também que as intervenções não eram feitas apenas no âmbito escolar mas também por meio de projetos de extensão, para benefício de comunidades no entorno das instituições. As intervenções dos servidores e docentes, em conjunto com os estudantes, é uma prática importante para o desenvolvimento de uma sociedade mais plural e igualitária. Em especial no que concerne à representatividade dos mais diversos grupos que compõem a comunidade discente que é atendida pelos Institutos Federais.

Palavras-chave: educação decolonial, cultura afro-brasileira, educação afrocentrada .

DC-009



**COLBEDUCA**

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## **CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA AS PRÁTICAS DIDÁTICAS E PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS AUTISTAS EM JOINVILLE - SC**

Roselaine Maciel Regis Pietra; Faculdade Guilherme Guimbala; roselaiepietra@gmail.com

A presente pesquisa objetivou analisar as contribuições da formação docente para as práticas didáticas e pedagógicas com crianças autistas na cidade de Joinville – SC. Em seu percurso foram analisadas propostas de intervenção em espaço específico - a Associação dos Amigos dos Autistas de Joinville – AMA. Como discussão teórica, as contribuições de Junkes (2006); Tardiff (2007); Imbernón (2010), que possibilitaram a ampliação do olhar para os dados recolhidos através de questionários, entrevistas e observação focando sempre na especificidade dos distintos momentos do desenvolvimento profissional docente. A pesquisa contou com 1 gestor, 1 coordenador pedagógico, 1 coordenador técnico e 21 professores nem todos efetivos e que reflete um grupo de professoras, mulheres, que representam a tradicional figura feminina atrelada à docência. Dentre as descobertas relevantes encontram-se o fato de professores escolhidos pela secretaria municipal da educação, com a maior parcela do grupo formados em nível superior, contudo com alguns profissionais ainda em formação. Outro aspecto que chama a atenção é a formação que ocorre em serviço. Isso remete ao balanço de produções realizadas na CAPES que revelou existirem muitas pesquisas sobre o tema autismo, no entanto, poucos sobre formação docente voltada ao trabalho com alunos com espectro do autismo. A visão do grupo de professores sobre a formação para lidar com alunos com espectro do autismo permitiu perceber que, notadamente, os cursos de formação inicial ainda não são eficazes em preparar o docente para a realidade com o qual irá se deparar no exercício profissional. No que dizem respeito à formação continuada, os docentes deixaram claro que se preocupam em qualificar sua formação acadêmica, formal, com cursos de especialização, mas que por meio de cursos compreendidos como não formais e pelas aprendizagens decorrentes da prática é que eles reconhecem adquirir os principais conhecimentos que utilizam cotidianamente em suas práticas pedagógicas. Também foi assinalado pelos gestores que promovem momentos de formação continuada ao grupo de professores, mas não reconhecem estes momentos como uma política da instituição, bem como não percebem motivação em todos os professores para participar e avançar em seu desenvolvimento profissional. Os resultados desta pesquisa apontaram que além da iniciativa pessoal e/ou motivacional de cada docente, a sua formação inicial e continuada precisa melhorar; assim como as diversas fontes de aprendizagens precisam consideradas quanto ao planejamento de suas formações.

Palavras-chave: formação docente, autismo, práticas didático-pedagógicas.

DC-010



**COLBEDUCA**

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## **GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: UMA REFERÊNCIA DE AÇÕES E PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS HUMANISTAS E IGUALITÁRIOS**

Vera Márcia Marques Santos; UDESC; vera.santos@udesc.br  
Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco; UDESC; soeli.francisca@udesc.br  
Janine Soares R. Moraes; UDESC; neabjaninesoares@gmail.com

Em um contexto de retrocessos, lutas para manter direitos e (r)existências, que se manifestam em todas as áreas da vida em sociedade, a educação mais do que nunca, vira alvo de políticas de Estado que se apresentam conservadoras. Em tempos históricos como estes, em que erguem-se muros internos e imaginários, contra inimigos também imaginários, é importante pensar e discutir o desenvolvimento curricular de forma a subverter essa lógica conservadora extremista que nega dimensões que transversalizam as nossas vidas. É neste contexto que o Programa de Extensão “Saúde e Cidadania”, que está vinculado ao Centro de Educação a Distância (CEAD) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e aos laboratórios de Educação Sexual (LabEduSex/CEAD/UDESC) e Laboratório de Direitos Humanos (LabDH/CEAD/UDESC), faz parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UDESC) desenvolve suas ações na escola Estadual Júlio da Costa Neves entre 2018 e 2019, com as turmas do ensino fundamental dois, professores/as e gestores/as escolares. Desta forma nosso objeto de estudo foram as oficinas aplicadas na escola estadual, na cidade de Florianópolis/SC, com o tema “Gênero e Sexualidade” como uma prática de educação humanista e igualitária. A ação objetivou discutir e apresentar situações teórico-metodológicas para expandir as possibilidades do exercício de uma educação autônoma e livre para dialogar com a sociedade, incluindo temas que são importantes para garantir a saúde na sua integralidade, cidadania e direitos humanos, dentro e fora da escola. Nosso referencial teórico apoia-se nas discussões de Mendes e Santos (2018), sobre a potência da educação sexual na escola; Arroyo (2013) sobre políticas curriculares; pelas considerações de Sodré (2012) para pensar a cultura e educação; Oliveira (2017) para apresentar a interseccionalidade e de Blanco (2017) discutindo a ação das oficinas e seu impacto na escola como uma ação de extensão, pois no contexto da prática, é importante considerar a importância dos diálogos curriculares entre a Universidade e a Educação Básica. Para a investigação, nos utilizamos da pesquisa-ação, ficha de leitura e pesquisa bibliográfica. Ao final apresentamos como as oficinas proporcionaram uma ampliação de olhares sobre os espaços, os corpos, o tempo e a educação sexual na escola, os impactos positivos desta ação para o desenvolvimento do currículo e para ampliar o dialogar com a sociedade, incluindo temas que são importantes para garantir princípios educacionais humanistas e igualitários.

Palavras-chave: currículo, educação sexual, desenvolvimento curricular, interseccionalidade, direitos humanos.

DC-011

**ANÁLISE MOTIVACIONAL DOS DISCENTES DOS CURSOS DE LICENCIATURAS DA UDESC/CCT NA  
UNIVERSIDADE**

Maria Elise Sonnenhohl; UDESC; mari.eliseson@gmail.com

Tatiana Comiotto; UDESC; comiotto.tatiana@gmail.com

Analisar os fatores que contribuem para com a motivação dos estudantes no ambiente acadêmico pode auxiliar na construção de novas políticas públicas relacionadas com o ensino superior, além de estender programas que promovem a permanência dos estudantes na universidade até a conclusão do curso, fortalece a saúde mental dos alunos que os capacita para o mercado de trabalho. A motivação por si só não é algo que se manifesta apenas no aluno, ela envolve o sistema educacional como um todo, a família e o ambiente social, afetando os estudantes de forma intrapessoal, interpessoal, contextual e situacional. O presente trabalho tem como objetivo identificar quais são os fatores que motivam os alunos dos cursos de licenciatura da UDESC/CCT a permanecer na universidade, bem como o que a universidade poderia fazer para auxiliá-los nesse caminho. Para tal foi desenvolvido um questionário *online* no “*google forms*” e divulgado por e-mail e em redes sociais para alunos dos três cursos de licenciatura: física, matemática e química. As perguntas do questionário foram divididas em objetivas e descritiva. O questionário foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da universidade e foi respondido por 77 alunos dos cursos de licenciaturas, sendo 17 da física, 33 da matemática e 27 da química. Nos três cursos estão matriculados regularmente 507 alunos (148 em física, 196 em matemática e 163 em química) no primeiro semestre de 2019. Obteve-se 15,18% respostas do questionário (11,48% da física, 16,83% da matemática e 16,56% da química). Dentro dos fatores os alunos mencionam os motivarem a permanecer na universidade destacam-se: o amor pela profissão (46,7%); o diploma (14,3%); um futuro melhor (14,3%); a educação de qualidade e gratuita (5,2%); Os estudantes também disseram que: não se sentem motivados (6,5%); tem medo de desistir (3,9%) e ou que não possuem outra opção (1,3%). De acordo com Cardoso e Bzuneck (2004), para que o aluno esteja motivado é necessário que ele tenha escolhido o curso que frequenta, estando envolvido de forma ativa nas tarefas que levam ao processo de aprendizagem. Além disso, o contexto universitário tem um papel importante a desempenhar no processo de adaptação à universidade, sendo necessário compreender o papel da universidade no desempenho e motivação dos estudantes. Os alunos ainda responderam que para se sentirem mais acolhidos a universidade poderia possuir mais ações voltadas a este fim (24,7%); integração entre alunos, cursos e universidade (22,1%); ser mais empática e humana (9,17%); ter mais ambientes de lazer (11,7%); ser menos competitiva (6,5%). 16,9% não souberam opinar e 9,1% disseram que a universidade não tem que fazer nada. Esses fatores poderiam ser trabalhados pela universidade para que o ambiente acadêmico seja um espaço seguro e profícuo para que os estudantes se sintam mais motivados. Sendo assim, é possível concluir que os estudantes têm como maior motivação a paixão pela profissão, entretanto, ainda existem ações que a universidade poderia tomar para acolher todo e qualquer estudante em situação de vulnerabilidade. Além disso, proporcionar um ambiente de lazer, de maior integração e menos competitivo também poderiam auxiliar na motivação dos estudantes.

Palavras-chave: motivação, universidade, licenciatura.

DC-012



**COLBEDUCA**

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## **DIÁLOGOS COM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO UNI BILINGUAL SCHOOL**

Cristina Ortiga Ferreira; Faculdade Guilherme Guimbala; cristinaortigaferreira@gmail.com

Débora Parucker Camilotti Roesler; Uni Bilingual School; debora@unischools.com.br

Olga Maria Parucker; Uni Bilingual School; olga@unischools.com.br

Este trabalho apresenta reflexões do coletivo Uni Bilingual School durante o processo de reelaboração do projeto político-pedagógico (PPP), com vistas a adequar-se às orientações estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este documento foi homologado pelo Ministério da Educação (MEC) para nortear as equipes pedagógicas na elaboração dos seus currículos. Por ser obrigatória, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional da Educação, define os direitos de aprendizagens a serem vivenciados pelos estudantes em todas as escolas brasileiras. Não há consenso quanto ao que significa o termo bilíngue. Bloomfield (1935) o conceituou como o controle nativo de duas línguas; Macnamara (1967) definiu que para ser bilíngue o indivíduo deve possuir competência mínima em uma das quatro habilidades linguísticas (fala, audição, leitura e escrita) em uma língua diferente da sua nativa; Titone (1972) descreveu como a "capacidade individual de falar uma segunda língua obedecendo às suas estruturas e não parafraseando a primeira língua". Vale ressaltar que, para o MEC são consideradas bilíngues somente as escolas para deficientes auditivos, indígenas e de fronteiras. Deste modo não há, na legislação brasileira, uma regulamentação específica para escolas bilíngues de língua estrangeira. Diferente das escolas internacionais, que seguem o currículo do país de origem, as bilíngues devem seguir o currículo nacional. Uni Bilingual School atua a 25 anos na cidade de Joinville/ SC nas etapas da educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Seguindo o currículo internacional de Cambridge, propõem um currículo flexível, desafiador e inspirador, culturalmente sensível, mas internacional na abordagem. Buscando promover o desenvolvimento dos estudantes em todas as dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural as turmas do Toddlers ao K2 (4 anos) têm contato com a língua portuguesa e inglesa nas situações de aprendizagem. A partir do K3 (5 anos) iniciam com o "Framework" de Cambridge nas disciplinas inglês, matemática e ciências tendo no Fundamental I, a progressão do conhecimento pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural. A certificação "Statement of Achievement" e o "Report to Student" é alcançada ao final do Stage 6 (5º ano) mediante realização do "Checkpoint" de cada matéria. O Uni ampliou a carga horária com o segundo idioma, de maneira que os conteúdos a serem abordados sejam complementares aos definidos na Base. Na vida social, os textos/gêneros discursivos que abrangem uma multiplicidade de linguagens e recursos semióticos estão cada vez mais presentes, apontando para a necessidade dos multiletramentos. Na BNCC, a visão dos multiletramentos é "concebida também nas práticas sociais do mundo digital" (BRASIL, 2017, p. 240) onde estudantes passam a interagir com uma variedade de textos, seja na condição de leitores ou produtores. As perspectivas de ensino-aprendizagem do inglês, propostas na BNCC encontram-se em sintonia com as demandas mundial, e no Uni são alavancadas pelo advento de novas linguagens e formas de interação multimodalizadas e híbridas. Rever as avaliações, integrar disciplinas, entender estudantes e professores como protagonistas, foram outras formas de atender às demandas da Base.

Palavras-chave: educação bilíngue, BNCC, projeto político pedagógico.

DC-013



## BORDANDO HISTÓRIAS: AS NARRATIVAS DE UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA E SEUS EFEITOS NO CONTEXTO INCLUSIVO

Sônia Maria Antônia Holdorf Braun; UFRGS; soniamariabraun@gmail.com

Carla Karnoppi Vasques; UFRGS; k.recuero@gmail.com

Após a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), ocorrida em 2008, o acesso de discentes considerados com deficiência em escolas comuns brasileiras teve um aumento significativo. Os direitos à educação, à diferença e à igualdade lançam inúmeros desafios às redes de ensino e às escolas ao demandarem novas formas organizativas do trabalho escolar, bem como a sustentação e validação das inúmeras maneiras de ser e estar do aluno/a e professor/a. Se o acesso à escolarização é inegável, diferentes autores e pesquisas (BAPTISTA, BENINCASA-MEIRELLES, 2017; BUENO, MELLETI, 2011) afirmam que, na vida ordinária das escolas, ainda persiste a noção do aluno da educação especial como diferente, anormal e desigual. Como reconhecer o outro considerando a educação especial a partir de outras perspectivas? Como acolher a dessemelhança, o inesperado e o novo advindos do (des)encontro com esses alunos/as? Uma abordagem ética e estética se impõe: escutar as queixas, as narrativas e as descrições realizadas pelos docentes para indagar, posteriormente, os efeitos das chamadas diretrizes inclusivas no âmbito daquilo que pode se apresentar como resultado da imposição de uma norma ou da possibilidade de escolha. O presente artigo aborda essas temáticas a partir de uma formação continuada, ocorrida no ano de 2018, no âmbito de uma universidade pública federal. O argumento se estabelece a partir do diálogo com as artes visuais manuais, especialmente o tricô, o crochê e o bordado. Estes “fazereres especiais” buscam acolher o mal-estar e as singularidades dos docentes, elementos considerados fulcrais para uma experiência formativa inclusiva. Conforme Richter (2003), o bordado, o crochê e o tricô podem propiciar uma apropriação e valorização do cotidiano, além de produzir narrativas mais implicadas com os espaços educativos, com aquilo que causa estranhamento, e, por fim, com o que ocorre ordinariamente na escola e, muitas vezes, não é reconhecido como valioso. Logo, na tessitura do artigo, apresentar-se-ão narrativas de sete professoras das séries iniciais de uma escola pública brasileira, em diálogo com uma intervenção artística – intitulada “Bordando Histórias” – considerada significativa e valiosa tanto para a experiência formativa quanto educativa e para uma pesquisa em educação atenta aos princípios democráticos. Diante dos impasses advindos do encontro com um aluno que desestabiliza as tradicionais formas de ensinar e aprender, a intervenção permitiu acolher o estranhamento e colocar em cena o ponto de vista das professoras sobre sua própria condição, inseridas em um contexto social e político.

Palavras-chave: educação especial, arte-educação, formação de professores, mal-estar docente, inclusão.

DC-014





# COLBEDUCA

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A HORTA E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Aline de Assis Scherer; CEI Nossa Senhora de Aparecida; schererassis@gmail.com

Lara Kristian Scherer; Escola Básica Frei Damião; laraschere76@gmail.com

Carina Amorim de Souza; CEI Nossa Senhora de Aparecida; Veras.fabiano@hotmail.com

Suziane Maria Gesser; CEM Luar; suzianemgesser@gmail.com

Fabio Marcelo Cuty da Silva; UFSC; fmsilva01975@gmail.com

Este estudo pretende mostrar como a Educação Ambiental pode contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem para as crianças já na Educação Infantil. Evidencia-se como o Centro de Educação Infantil Nossa Senhora de Aparecida, localizado na cidade de São José – SC adaptou-se para transformar seus espaços e adequá-los ao interesse das crianças, levando-se em consideração que muitas crianças, estão à mercê de alimentos industrializados e *fast-food* e ainda diante da percepção dos professores sobre os hábitos alimentares apresentados pelas crianças. O objetivo se configura em oferecer novas possibilidades às crianças, para que de fato possam conhecer novos alimentos e a partir do contato com eles desenvolverem uma alimentação mais saudável e cuidados com a natureza levando-se em consideração que somos parte dela. Embasamos este estudo nos estudos Alves (2018), Campos (2015), Costa (2015), Santos (2013), entre outros. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa e bibliográfica. Nas análises de dados podemos considerar que a educação ambiental faz parte do dia a dia das crianças, que ao trazê-las para o cotidiano da educação infantil efetivamos uma prática de desenvolvimento muito significativo, e enquanto, no que tange ao papel do professor, devemos rever nossas posturas e buscar efetivarmos uma prática que valorize e respeite a natureza e fortaleça os vínculos das crianças com algo tão importante para nossas vidas. Optou-se por escrever sobre este tema tendo em vista sua importância para e na sociedade e evidenciando o fato de muitas crianças no dia a dia não terem contato com a natureza. A educação ambiental corrobora de modo significativo na questão da compreensão das crianças acerca do cuidado e preservação da natureza, levando-se em consideração que para a realização deste trabalho não é necessário muito espaço e que sua proposta favorece o desenvolvimento de aptidões como, por exemplo, o conhecimento, hábitos saudáveis e qualidade de vida, não somente para as crianças, mas para todos. Por fim, este estudo, tem como finalidade contribuir com os colegas e profissionais da educação no sentido de elucidar a importância da educação ambiental já na educação infantil, de modo que as crianças possam de fato fazer parte deste movimento de cuidar do planeta como cuida de si mesma.

Palavras-chave: educação ambiental, educação infantil, horta.

DC-015



# COLBEDUCA

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO INTEGRADO EM DUAS INSTITUIÇÕES

Marcella Suarez Di Santo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;  
msdisanto@gmail.com.

Paulo Alves da Silva; Universidade de Brasília; pauloeducador@gmail.com

Este trabalho apresenta a experiência de construção de um currículo integrado para a oferta do novo ensino médio em duas instituições, sendo uma ofertante da educação básica e outra de educação profissional e tecnológica, por meio de projeto pedagógico unificado. O projeto foi implementado em 2018, em regime de experiência pedagógica, conforme artigo 81 da Lei nº 9.394/96 e amparado na Lei nº 13.415/2017, ressaltando que este iniciou antes da elaboração da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, publicada apenas em dezembro de 2018. O pressuposto deste trabalho corrobora com as teorias de currículo, que afirmam que os processos de compreensão das concepções e objetivos nos quais se inserem as políticas públicas de construção de currículos oficiais, bem como o debate acerca do currículo, são efetivamente realizados nas escolas quando docentes, estudantes e demais profissionais da educação são envolvidos. Dessa forma, observamos que este momento representa uma oportunidade para os sistemas de ensino elaborarem seus currículos em consonância com as demandas da sociedade e das comunidades escolares, constituindo, portanto, uma identidade institucional diante desse desafio do novo ensino médio no Brasil. Considerando os desafios postos para que as instituições escolares se mobilizem, discutam e (re)construam seus currículos, é importante identificar as experiências em andamento que possam subsidiar as políticas públicas de educação em âmbito nacional. Por meio de uma metodologia qualitativa, este artigo analisou a participação de docentes e gestores das duas instituições no processo de discussão e elaboração do Projeto Pedagógico de Curso e do desenho curricular e evidenciou que a participação dos docentes na construção do projeto bem como na integração curricular tornou o projeto exequível e os próprios envolvidos na construção dos currículos se tornaram os formadores e multiplicadores de outros docentes das redes. Do mesmo modo, os currículos implantados em cinco escolas passaram a ter visibilidade e esses participantes do projeto experimental foram envolvidos nas demais atividades e desdobramentos, como a construção de projetos integradores, participação em jogos e eventos institucionais ou extra institucionais, corroborando com as críticas apontadas por estudiosos acerca do currículo nacional e sua (não)efetividade nos casos em que professores são meros reprodutores de um modelo fixado.

Palavras-chave: ensino médio, currículo integrado, educação profissional e tecnológica, formação de professores.

DC-016



## A IMPLANTAÇÃO DA BNCC NA REGIÃO DE BLUMENAU: UM OLHAR DOS LICENCIANDOS DO PROESDE DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Luciane Schulz; FURB; luciane.schulz19@gmail.com

Com enfoque em estudos acerca da nova Base Nacional Comum Curricular - BNCC, da Educação Infantil e Ensino Fundamental buscou-se compreender como está a receptividade dos professores dos municípios da região de Blumenau (SC) em relação a estas mudanças em seus contextos educativos no ano de 2018. A avaliação desta receptividade se deu no contexto do curso de extensão do Programa de Educação Superior para Desenvolvimento Regional – PROESDE Licenciaturas, na Universidade Regional de Blumenau – FURB. Durante esse percurso, 45 alunos bolsistas, estudantes de diversas licenciaturas presenciais participaram de momentos formativos com atividades tendo como foco: a BNCC; a diversidade e a interdisciplinaridade; acompanharam as formações docentes da Secretaria Municipal de Blumenau e de Gaspar. Por fim, aplicaram questionários, formulados pela Secretaria Estadual de Educação a aproximadamente cem professores atuantes na Educação Básica das Escolas Estaduais e Municipais de Blumenau, Gaspar, Laurentino e Pomerode. Desses percursos diversas questões problemas foram levantadas de acordo com a vivência específica de cada grupo de estudante e de professores e de suas áreas de conhecimento. Como resultados desse levantamento de dados, prevaleceram profissionais da Educação Infantil e no Ensino Médio, seguindo das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, que em sua maioria já haviam tomado conhecimento sobre a BNCC e seu material por meio de palestras, informações da internet, o Dia D, curso presencial e seminários. Referente aos maiores desafios a serem enfrentados para a implantação da BNCC, a maioria apontou ser a possibilidade de Formação Integral do Estudante, seguido das Competências e Habilidades a serem atingidas, assim como do Material Didático. Com relação ao fato de conciliar o novo currículo com a proposta do seu Município, a maioria destacou que esse processo deve ser gradativo e constante, afirmando a existência de momentos de formação continuada, mas ainda insuficientes. Além do mais, apontam que para tal, essas formações poderiam ser por meio de cursos e palestras, como embasamento epistemológico e oficinas, seminários para a discussão e troca de experiências, em um viés metodológico. Esses resultados fomentaram a capacidade reflexiva em grupo, fazendo a formação assumir um papel de superação das atualizações científicas, pedagógicas e didáticas, nas perspectivas tecnicistas de um grupo de formadores especialistas para os professores. Por outro, que propiciou uma formação com criação de espaços de participação e reflexão coletiva dessas dimensões, envolvendo formadores com professores. O curso PROESDE – Licenciatura FURB, fez um percurso bastante interessante, buscando integrar os acadêmicos nas atividades na comunidade acadêmica que discutiram a BNCC e propostas curriculares na própria universidade e nos municípios da região. A participação das atividades de formação docente da Secretaria Municipal de Blumenau e de Gaspar envolvendo a BNCC e as propostas Municipais e aplicação in loco dos questionários em outras cidades, possibilitaram aos acadêmicos o encontro presencial com professores, ou seja, o entrelaçamento da formação inicial com a formação continuada. Neste sentido afirmamos a importância de ações sistematizadas entre as redes de ensino e a universidade relacionando pesquisa e extensão, pois nesses percursos ambos reafirmam seus papéis e parcerias nesse processo.

Palavras-chave: BNCC, formação docente inicial, percurso formativo, PROESDE Licenciaturas FURB, região de Blumenau.

DC-017



# COLBEDUCA

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## UNIVERSIDADE, FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO BÁSICA: DIÁLOGOS CURRICULARES SOBRE A EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL

Maria Helena Tomaz; UDESC; helenadpad@gmail.com  
André Vinício Bialeski Vieira; UDESC; avbvieira125@gmail.com  
Janine Soares R. Moraes; UDESC; neabjaninesoares@gmail.com

O processo de atualização da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina/PCSC foi desencadeado em 2014 e orientou-se por três fios condutores: a perspectiva de formação integral, a concepção de percurso formativo e a atenção à concepção de diversidade. Nessa atualização, identidades plurais foram resgatadas na discussão sobre o currículo escolar considerando as demandas dos crescentes movimentos sociais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para educação e direitos humanos: a educação para as relações de gênero; a educação para a diversidade sexual (orientação sexual e identidade de gênero); a educação e prevenção; a educação ambiental formal; a educação das relações étnico-raciais; e as modalidades de ensino: a educação especial; a educação escolar indígena; a educação do campo e a educação escolar quilombola. Mais especificamente, no campo da educação das relações étnico-raciais, a produção do documento curricular catarinense considerou as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino de conteúdos de matriz afro-brasileira, africana e indígena no currículo das escolas. Ao considerar esse contexto de produção e influências, o referido trabalho trata de discutir e explanar questões teórico-metodológicas e ações de formação continuada de professores a partir dos referenciais da PCSC que objetivam expandir as possibilidades do exercício de direitos e a construção novas ações inclusivas que fortaleçam políticas de formação, valorizar a riqueza da diversidade étnico-racial e cultural existentes no Brasil e em Santa Catarina, bem como enriquecer os debates sobre a atuação de políticas curriculares e inovação curricular. Essas questões teórico-metodológicas e ações de formação continuada envolvem a política de extensão e formação docente desenvolvida pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), materializadas pelo Núcleo de Estudos Afro Brasileiros (NEAB). Nessa perspectiva, o enquadramento teórico, é subsidiado pelas discussões de Pacheco (2002), Arroyo (2013) e Ball, Maguire e Braun (2016) sobre políticas curriculares; pelas considerações de Carneiro, Knechtel e Morales (2012) sobre o debate sobre as diferenças culturais e suas identidades no campo da educação e pelas considerações de Gomes (2011, 2012) sobre a descolonização dos currículos como possibilidade de mudança epistemológica e política nas questões de diversidade e étnico-raciais. No contexto da prática, as considerações do trabalho destacam a importância dos diálogos curriculares entre a Universidade e contexto da educação básica, a partir de parcerias estabelecidas entre o Observatório de Relações Étnico Raciais (OBERER) do NEAB/UDESC e a Escola Básica Julio da Costa Neves da rede pública estadual de ensino nas ações de extensão, de formação docente e de desenvolvimento curricular. As proximidades construídas com os professores, considerando e potencializando suas demandas possibilitam instaurar um debate mais ampliado sobre como a política curricular catarinense e a (re)configuração do currículo e suas (re)contextualizações nas práticas escolares na educação básica.

Palavras-chave: currículo, política curricular, desenvolvimento curricular, diversidade, relações étnico raciais.

DC-018



# COLBEDUCA

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## ONDE ESTÁ A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA BNCC?

Marilei Schackow Moraes; Universidade da Região de Joinville – Univille;  
marilei.mswm@gmail.com

Silmara dos Santos da Cunha; Universidade da Região de Joinville – Univille;  
silmarasc1@gmail.com

Jane Mery Richter Voigt; Universidade da Região de Joinville – Univille; jane.mery@univille.br

Em meio a uma proposta de um currículo nacional que contempla todos os níveis de escolaridade, compreendemos que a Educação de Jovens e Adultos - EJA também merece atenção. Esta é uma modalidade de ensino que tem por objetivo formar adultos capazes de compreender o mundo e sua complexidade, para que possam participar da sociedade de forma ativa e dinâmica com possibilidade de transformação. Assim, o presente estudo se pauta em questões como: Que tipo de currículo pode ser pensado para alunos da EJA? Com a nova Base Nacional Curricular Comum – BNCC, de que modo que esses alunos terão, de fato, uma aprendizagem significativa e seus direitos garantidos? Como pressupostos da pesquisa, entendemos que ao considerar as mudanças nas políticas curriculares e consequentemente no currículo escolar, cada vez mais se observa que as políticas públicas da educação ocorrem de acordo com os modelos impostos por organismos internacionais, determinando o que estudar, o que avaliar e como ensinar (MORGADO, 2018). Dessa forma, o Estado, vinculado a um ideário neoliberal e neoconservador, passa a exercer um papel de regulador do funcionamento da educação, com políticas cada vez mais descentralizadas, atendendo a uma lógica de inovação e de eficácia. Então, qual o lugar da EJA nesse processo? Portanto, o objetivo dessa comunicação é apresentar reflexões oriundas de uma pesquisa sobre o currículo da EJA na BNCC. O referencial teórico da pesquisa, numa perspectiva crítica, contempla os estudos do currículo, das políticas curriculares e da EJA. De abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada por meio de estudo documental, buscando nos documentos curriculares nacionais elementos orientadores do currículo da EJA. Os resultados são analisados com base em autores como Morgado (2018), Pacheco (2002) e Apple (2011). As análises indicaram que os documentos curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos foram elaborados sem considerar as experiências desses jovens e adultos, o que poderia tornar a prática curricular mais significativa para esses estudantes. As ausências de garantias a respeito das particularidades da EJA podem levar a oferta de uma educação precária, uma vez que exigem tempos e espaços diferentes e singularizadas formas de atuação. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) devem ser garantidos os direitos a educação a todos os jovens e adultos. No entanto, a nova BNCC não define um programa diferenciado de currículo para a EJA, apenas para o ensino regular, subentendendo-se que esta modalidade sirva também à educação da EJA. Não podemos deixar de trazer o pensamento de Pacheco (2002), ao defender um currículo no qual os professores desenvolvam práticas multiculturais e flexíveis, reconhecendo cenários particulares que atenda às individualidades de cada aluno.

Palavras-chave: currículo, base nacional curricular comum, educação de jovens e adultos.

DC-019



## A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NOS PAÍSES DO CONE SUL E O CURRÍCULO DA GEOGRAFIA ESCOLAR

Natália Lampert Batista; Universidade Federal de Santa Maria; natilbatista3@gmail.com

Ao pensar a formação inicial e continuada de professores de Geografia, no contexto do *Cone Sul*, é preciso ter clara a necessidade de articulação entre as políticas de formação docente e a estrutura de currículo da disciplina de Geografia, isto é, precisa-se instigar o profissional de educação para que esse conheça e se posicione criticamente frente a sua própria formação inicial e continuada, frente as políticas públicas voltadas à formação docente e frente aos currículos contemporâneos. Assim, ao pensar a formação de professores para o Cone Sul, é preciso reconhecer as potencialidades e os desafios desse território, identificar o que une e o que separa esses países, questionar o que está posto e o que não contribui com a efetiva prática docente e propor alternativas pedagógicas mais eficientes para cada contexto de atuação e de formação docente. Com base nisso, a presente proposta de pesquisa nasce da inquietação frente à relação das políticas de formação docente e sua compatibilidade com os currículos de Geografia para a educação básica nos países do Cone Sul e integra a pesquisa referente ao Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD/CAPES), em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Seu objetivo geral é comparar as políticas de formação docente nos países do Cone Sul, verificando as suas articulações com os currículos da educação básica e potencializando a promoção de uma identidade docente no ensino de Geografia para o Cone Sul. Os objetivos específicos são: (1) conhecer as políticas de formação docente dos países do Cone Sul e as estruturas de currículos do componente curricular Geografia na educação básica; (2) verificar a coerência entre as políticas de formação docente dos países do Cone Sul com os currículos vigentes; (3) realizar uma análise comparativa entre as políticas de formação docente dos países do Cone Sul, identificando semelhanças e diferenças; (4) propor alternativas de formação inicial e continuada com vistas à integração para temas comuns à disciplina de Geografia nos currículos dos países do Cone Sul, potencializando a constituição de uma “identidade docente” para o território. Para o desenvolvimento da pesquisa, em primeiro momento, será realizado o levantamento das políticas de formação docente e dos currículos de Geografia da educação básica em vigência no território. Após esses levantamentos, será realizada a análise da coerência entre as políticas e currículos que vigoram em cada país. De posse dessas informações, passar-se-á a analisar as semelhanças e as diferenças entre as políticas e os currículos de cada país, visando aproximar os elementos que permitem uma articulação e a promoção de uma “identidade docente” por meio da análise do discurso. Espera-se que, ao final do projeto, tenha-se um diagnóstico de quais são as políticas de formação docente nos países do Cone Sul, bem como suas possibilidades de articulação com os currículos da educação básica vigentes em cada país.

Palavras-chave: formação inicial, formação continuada, currículo, geografia, cone sul.

DC-020



## DIÁLOGOS COM O ENSINO MÉDIO

Claudia Caroline Dobner; Faculdade Guilherme Guimbala; dobner.psi@gmail.com  
Cristina Ortiga Ferreira; Faculdade Guilherme Guimbala; cristinaortigaferreira@gmail.com  
Jessica Cristina Nogueira; Faculdade Guilherme Guimbala; jessicanogueira94@hotmail.com  
Laura Cini Freitas ; Faculdade Guilherme Guimbala; laura\_catha@hotmail.co  
Vanessa Vanderwegen; Faculdade Guilherme Guimbala; vanessa.vanderwegen@hotmail.com

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com 48 estudantes do ensino médio noturno de uma escola de Joinville que implantará o Novo Ensino Médio em 2020. Os dados foram coletados em agosto de 2019 a partir de uma adaptação ao questionário estruturado, disponível no Portal do Novo Ensino Médio. Buscava-se uma escuta, quantitativa e qualitativa, das duas turmas selecionadas para a aplicação dos projetos de docência do curso de Psicologia da Faculdade Guilherme Guimbala, bem como o confronto com os dados anteriormente coletados nas demais turmas. Há muito as estatísticas de evasão escolar e baixo índice do IDEB, vem sinalizando a necessidade de mudanças na educação. A crise de legitimidade da escola apontada por Krawczyk (2009), não se restringem ao Ensino Médio, no entanto a partir, da Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ministério da Educação estabeleceu mudanças na estrutura do Ensino Médio, ampliando o tempo mínimo (de 800 horas para 1.000 horas anuais até 2022) e definindo uma organização curricular mais flexível, contemplada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tal proposta traz três grandes frentes: garantia de direitos de aprendizagem comuns a todos os jovens; a valorização da aprendizagem, com a ampliação da carga horária de estudos; o desenvolvimento do protagonismo estudantil e de seu projeto de vida, incluindo uma escolha orientada do que querem estudar (itinerários formativos). Os jovens, sujeitos de pesquisa, tinham, sua maioria, entre 16 e 18 anos, (63%) indicando uma boa correspondência idade/série. Pode-se constatar que a relação dos entrevistados com a escola é permeada por sentimentos positivos e negativos aos quais são atribuídos múltiplos sentidos e significados, Ora visto como espaço de encontro e sociabilidade, onde os saberes e conhecimentos são úteis à vida, à continuidade dos estudos e ao trabalho, ora apontada para um sentimento de abandono, desinteresse e não identificação, expressa numa visão crítica sobre a escola e seus problemas de infraestrutura e pessoal. Ao lado do reconhecimento da importância dos docentes, muitos pesquisados ressaltaram a fragilidade na relação professor-aluno, quanto a falta de diálogo, referida por estes não apenas como conversa e brincadeiras mas associada ao respeito no modo de ensinar. A desmotivação dos professores, revelada pelo número de faltas também é vista como determinante para a desmotivação dos estudantes. O futuro é uma das principais preocupações dos pesquisados, de modo que temáticas como orientação profissional, saúde mental foram sugeridas para o desenvolvimento dos projetos. A partir dos depoimentos dos jovens, foi possível identificar algumas contribuições das escolas à realização de suas demandas e expectativas, mas também muitas lacunas e impasses. A pesquisa possibilitou descortinar um quadro de dificuldades nas relações interpessoais, em um momento que a educação passa por grandes mudanças, e são estabelecidas novas exigências em termos de habilidades e conhecimentos. Numa sociedade onde a incerteza e a imprevisibilidade preponderam, a escolha assertiva dos itinerários associados à educação das emoções, desenvolvimento da empatia, autocontrole, pode gerar a tão sonhada equidade.

Palavras-chave: novo ensino médio, protagonismo, projeto de vida, itinerários.

DC-021



**COLBEDUCA**

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## **APORTE EPISTEMOLÓGICO DA PEDAGOGIA CIENTÍFICA PARA ELABORAÇÃO DE MÉTODOS DIFERENCIADOS PARA ENSINAR**

Kátia Cristina Zabel Tomasini; Faculdade Guilherme Guimbala; [katia.zabel@gmail.com](mailto:katia.zabel@gmail.com)  
Roselaine Maciel Regis Pietra; Faculdade Guilherme Guimbala; [roselaine Pietra@gmail.com](mailto:roselaine Pietra@gmail.com)

O tema investigado consiste no aporte epistemológico da pedagogia científica, com enfoque em descrever sua contribuição para elaboração de métodos diferenciados para ensinar. Esta temática foi escolhida a luz do texto “Epistemologia e teorias da educação do Brasil” de Saviani. No percurso metodológico buscou-se analisar a problemática de se efetuar a dialética entre a teoria estudada e a prática experimentada em atendimento individualizado realizado no Laboratório de Aprendizagem de uma faculdade. O objetivo de tal empreitada é demonstrar a importância de se contemplar os elementos científicos de observação e experimentação por parte do professor, para ensinar crianças que não respondem bem quando ensinadas por meio de métodos convencionais. Trata-se de um estudo de caso, que utilizou como técnica de coleta de dados, a observação participante, sistemática. O sujeito desta pesquisa, descritiva de abordagem qualitativa, é uma criança de 10 anos, que apresenta dificuldades de aprendizagem, aqui denominada pelo pseudônimo “Teresa”. A pesquisa evidencia que o arcabouço epistemológico da pedagogia científica, apresentado por Montessori, Franco e outros, contribuiu efetivamente para que fosse possível auxiliar a criança na superação de sua dificuldade, conferindo um aprendizado efetivo e autônomo, por meio de signos que lhe auxiliaram na memorização da tabuada.

Palavras-chave: pedagogia científica, epistemologia da pedagogia, método para ensinar tabuada, matemática, laboratório de aprendizagem.

DC-022





## **DESAFIOS DE ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL: ENTRE CURRÍCULOS PRESCRITOS E A AUTONOMIA CURRICULAR**

Jane Mery Richter Voigt; UNIVILLE; jane.mery@univille.br

Leiri Aparecida Ratti; UNIVILLE; leiri.r@gmail.com

Carlos Huller; UNIVILLE; huller.carlos@hotmail.com

Diante do cenário educacional atual vinculado às políticas conservadoras, construir um projeto de educação que fomente a construção de um currículo pensado democraticamente, possibilitando a autonomia curricular dos professores, tornou-se uma difícil tarefa. Embora algumas ações no sentido de implantação de escolas em tempo integral tenham sido construídas, vê-se, na prática, poucas instituições de ensino que já tiveram êxito na implantação desse modelo educacional. Para Sacristán (2000), um currículo tem ao seu redor campos de várias ações, no qual atuam variados agentes e forças determinando-o sobre diferentes aspectos. Construir um currículo com a participação direta da comunidade permitiria que essa comunidade, em toda sua diversidade, pudesse se perceber nesse processo. Partindo desses pressupostos, ao observar as recentes políticas curriculares para o Ensino Médio, dentre elas o Ensino Médio Integral em Tempo Integral – EMITI, uma parceria da Secretaria de Estado da Educação com o Instituto Ayrton Senna, surgem as seguintes questões: Como essas forças agem sobre os currículos? Quais os desafios dos professores na implementação do projeto de educação integral? De que forma os professores podem reestruturar o currículo e planejar a prática respeitando as orientações superiores? Em quais situações o professor faz uso do poder de decisão (autonomia curricular) na prática pedagógica de modo a atender às expectativas da comunidade escolar? De que forma os professores e a comunidade escolar participam de sua construção? Portanto, essa comunicação tem como objetivo apontar os desafios da proposta de educação integral para o EMITI, analisando a relação entre os currículos prescritos e a autonomia curricular. Esta produção abarca aspectos teóricos relacionados às políticas curriculares; à organização curricular e à construção da Autonomia Curricular, e conta com referencial ancorado em pesquisadores como: Sacristán (2000), Morgado (2013, 2004, 2000), Pacheco (2002), Voigt (2018). De perspectiva metodológica qualitativa, foi realizada uma pesquisa com professores de instituições públicas estaduais que atuam no EMITI na cidade de Joinville - SC. Os participantes da pesquisa responderam a um questionário com questões abertas e fechadas sobre a autonomia curricular no projeto educacional do EMITI, voltado ao ensino integral em tempo integral. Em termos gerais, os professores consideram que têm autonomia nas decisões curriculares, mas a centralidade nas decisões impede o desenvolvimento das práticas curriculares com base nos princípios de autonomia e flexibilidade. Os resultados apontam que, de certo modo, não há clareza quanto ao que determina o exercício do poder de decisão na prática docente, entendido nesse trabalho como autonomia curricular. Por outro lado, evidencia-se que a autonomia curricular da escola e dos professores fica prejudicada diante de inúmeros mecanismos de controle aplicados por meio de um currículo prescritivo e práticas curriculares controladas. A educação integral em tempo integral, como alternativa de projeto educativo, deve contemplar um currículo construído coletivamente e que favoreça a formação crítica e emancipatória. Avanços na educação dependem da autonomia curricular dos professores, atores fundamentais no projeto educacional, permitindo à escola tornar-se um ambiente voltado à educação integral.

Palavras-chave: currículo, autonomia curricular, ensino médio integral em tempo integral.

DC-023



**COLBEDUCA**

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## **O MEDIADOR ESCOLAR COMO POTENCIALIZADOR NO PROCESSO DE BRINCAR DA CRIANÇA CEGA**

Fabiane Araujo Chaves; UDESC; fabiane\_chaves@yahoo.com.br

Thacio Azevedo Ladeira; UDESC; thacioladeira@gmail.com

A inclusão escolar se apresenta como um desafio para a realidade da escola e propõe a busca de alternativas flexíveis para o desenvolvimento educacional. O mediador escolar pode fazer parte deste processo, acompanhando o educando durante o dia letivo, potencializando a socialização e aprendizagem, atuando como um facilitador das tarefas escolares por meio da adaptação curricular. A brincadeira ocupa papel fundamental na vida das crianças. Sabemos que é na infância onde muitos conceitos são aprendidos a partir do brincar, bem como novas amizades se estabelecem de acordo com os tipos de brincadeiras. O horário do intervalo ou recreio é onde acontecem as brincadeiras de maneira mais livre e espontânea. Para as crianças que enxergam (ou videntes) é automático a ação de sair da sala de aula e ir direto para o pátio brincar. Em seguida encontram um ou mais amigos e logo se distraem durante todo o tempo livre. Entretanto, como é esta questão para as crianças cegas? A utilização do lúdico como alternativa para inclusão pode ser muito eficaz, pois se apresenta como uma outra via de aprendizagem para as pluralidades presentes na escola que tem modos de aprender igualmente diversos, como em casos de alunos cegos. De acordo com Sá, Campos e Silva (2007, p.15) o deficiente visual é aquele que “tem uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente”. Temos visto que os deficientes visuais, em geral, não são estimulados pela escola a participar das atividades cotidianas, de modo que se cria um sistema paralelo de exclusão num aparente modelo de inclusão, uma prática de in/exclusão (VEIGA-NETO, 2011). Desse modo, esta pesquisa exploratória teve como objetivo realizar um levantamento teórico realizado a respeito da temática acerca do professor mediador como profissional ativo no processo do brincar para a criança cega, no sentido de acolher as necessidades das pessoas com deficiência visual oferecendo uma alternativa, a partir do brincar, para potencializar seu desenvolvimento escolar e social. A pesquisa em questão não propõe esgotar o tema trabalhado por ser de caráter exploratório. Sendo assim, são necessárias mais pesquisas que abordem esta temática, bem como, que ocorra a divulgação destes conhecimentos aos profissionais que trabalham em escolas, seja por meio de capacitações, eventos, seminários entre outros, a fim de difundir subsídios teóricos para práticas inclusivas.

Palavras-chave: deficiência visual, brincar, inclusão, professor mediador.

DC-024



**COLBEDUCA**

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## **ABORDANDO VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO CURRÍCULO ESCOLAR NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO.**

Mariana da Silva de Lima; Universidade Unichristus, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará; marybr@gmail.com

O relato de experiência descreve a atividade exitosa desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Caucaia, resultado da inserção da temática da violência obstétrica no currículo da disciplina de Biologia, para adolescentes do ensino médio. A violência obstétrica é um dos reflexos mais cruéis da violência de gênero, pois ela se apresenta em um momento de extrema vulnerabilidade da mulher: a hora do parto. Apesar disso, é praticamente inexistente a abordagem acerca dessa temática na maioria das escolas. A ausência da abordagem desse assunto muitas vezes está relacionada ao desconhecimento de como inserir tal conteúdo no cotidiano escolar, ao desconhecimento do assunto por parte da grande maioria do corpo docente ou mesmo pelo fato do assunto em si ainda ser tratado como tabu. O empoderamento por meio de informações qualificadas faz-se necessário, independentemente da idade da mulher ao parir. Nesse sentido é importante destacar que várias são as pesquisas que mostram que no Brasil os índices de gravidez na adolescência e na juventude são significativos e, adicionalmente à educação sexual e reprodutiva que garanta um adequado planejamento familiar, é essencial que as mulheres e seus parceiros tomem conhecimento das informações e discussões acerca da violência obstétrica. Essa problemática é algo que atinge as mais diversas classes sociais, sendo necessário que em todas as escolas seja criada a cultura de acesso a informação acerca da hora do parto e dos direitos da mulher parturiente. As intervenções no âmbito escolar foram feitas na disciplina de biologia 2, no módulo de fisiologia humana, especificamente nas aulas sobre desenvolvimento embrionário humano. Após a abordagem do conteúdo, a docente facilitou uma discussão com os estudantes sobre os relatos que tinham conhecimento a respeito da experiência do parto na família de cada um. Por fim, a educadora apresentou alguns conceitos, relatos de experiências de parto e informações da Organização Mundial de Saúde sobre o que é um parto humanizado. Os alunos participaram da discussão ativamente. Os resultados mostraram que a temática da violência obstétrica é um assunto fundamental a ser tratado nos módulos de fisiologia humana que trabalhem proximo o assunto na disciplina de biologia.

Palavras-chave: educação sexual, violência obstétrica, educação e direitos humanos.

DC-025



**COLBEDUCA**

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM

Roselaine Maciel Regis Pietra; Faculdade Guilherme Guimbala – FGG/ACE;  
roselaine Pietra@gmail.com

Aprender é muito mais prazeroso se utilizarmos a metodologia certa. Muito já se falou do potencial não desenvolvido nas nossas capacidades cerebrais, mas na verdade nos deixamos de expandir grande parte de nossas potencialidades enquanto poderíamos desenvolver habilidades cognitivas, sociais e emocionais. E por que não desenvolvemos isso naturalmente? Porque precisamos de estímulos, de conhecimento, de metodologia. Estudos mostram que crianças e adolescentes de hoje possuem uma capacidade impressionante de absorver conhecimentos simultâneos. Televisão, internet, games, publicações tudo contribui. Mas cientificamente está provado uma dificuldade flagrante em crianças e adolescentes, jovens e adultos. Não fomos preparados a aprender a aprender. O Laboratório de Aprendizagem não é um apenas um espaço, estrategicamente montado e sim uma proposta pedagógica fundamentada na ação lúdica que impulsiona habilidades cognitivas, sociais e emocionais por intermédio de materiais e jogos de expressão e raciocínio. Este espaço é organizado de maneira alegre e descontraída e é constituído por materiais que variam com a idade e série dos alunos. O objetivo deste trabalho é, através da Investigação do processo de construção de conhecimento do aluno, estimular e desenvolver a inteligência das crianças que apresentam dificuldades de alfabetização e/ou baixo rendimento escolar nas séries iniciais do ensino fundamental, utilizando-se de metodologia baseada em materiais estruturados e jogos de raciocínio com mediação. Durante o período em que estão neste espaço os alunos são monitorados durante as atividades com os jogos e estimulados no que se refere ao processo de decisão, raciocínio lógico, táticas e estratégias, trabalho em equipe, cooperação social, resolução de conflitos, autodisciplina, aprender a ganhar e perder, aumento da autoestima e inúmeras outras habilidades que preparam o indivíduo para a vida em uma sociedade moderna, frenética e exigente. Como aporte teórico trazemos os autores, CASTRO (2005); FRANCO (2012); FREIRE (1996); OLIVEIRA (2011); PERRENOUD (2000); RODRIGUES (2017); SIEGEL (2015) e WALONN (2000). O projeto do Laboratório de Aprendizagem traz em seu cerne a noção de que o jeito mais produtivo de se aprender é através de uma experiência singular e autêntica, que estimula a pessoa a querer mais. Os resultados desta pesquisa indicaram que materiais estruturados e jogos são exemplos perfeitos: são divertidos, atraentes, excitantes, e inspiram um grande entusiasmo, além de proporcionar pesquisas futuras para o desenvolvimento de novas metodologias aplicadas para o desenvolvimento dos aprendentes. É importante o fato de que a experiência de aprender produz um terreno fértil para a aplicação de métodos de raciocínio e de convivência.

Palavras-chave: laboratório de aprendizagem, metodologia, jogos pedagógicos, conhecimento.

DC-026



**COLBEDUCA**

CoTóquio Luso-Brasileiro de Educação



## **A ADEQUAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA EM TRÊS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO SUL DO BRASIL**

Jennifer de Souza; Universidade Federal do Paraná; jenniferdesouza3001@gmail.com

Este texto é um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento que tem como objetivo investigar como os cursos de Licenciatura em Matemática têm implementado em seus currículos as mudanças nas leis e diretrizes nacionais para formação docente, ocorridas entre os anos de 2015 e 2017. A Resolução CNE/CP nº 2/2015 determinou novas diretrizes para a formação de professores no Brasil e estabeleceu o prazo de dois anos para a adequação dos currículos dos cursos de licenciatura do país, estipulando o dia 1º de julho de 2017 como prazo máximo. Essa Resolução, dentre outras coisas, definiu carga horária de, no mínimo, 3.200 horas para os cursos de licenciatura, o que representa uma ampliação de 400 horas nos cursos. Essa adequação curricular ficou a cargo de cada Instituição de Ensino Superior, incluindo a interpretação e definição dos diferentes aspectos a serem considerados nessa reestruturação. Para atingir tal objetivo, além da análise dos documentos oficiais, uma maior compreensão dessas adequações realizadas nos cursos de Licenciatura em Matemática será possível a partir da produção de fontes orais fundamentadas nos parâmetros metodológicos da História Oral praticada pelo Grupo de Pesquisa em História Oral e Educação Matemática (GHOEM), em sua vertente História Oral temática. Ao trabalhar com a História Oral temática o pesquisador centraliza-se nas experiências vividas pelo entrevistado referente a um tema específico e elabora um roteiro a fim de guiar o depoente, cuidando para que ele não se afaste demais ou deixe de abordar questões relevantes ao tema da pesquisa. Em fase final de produção de fontes orais, a pesquisa já referida apresenta as entrevistas realizadas com coordenadores envolvidos na reestruturação dos cursos de Licenciatura em Matemática em universidades públicas do sul do Brasil, sendo realizadas com um professor vinculado a cada uma das seguintes instituições: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Através das fontes orais já produzidas foi possível perceber uma superposição de aspectos técnicos e administrativos sobre os pedagógicos, os problemas relativos à burocracia interna das Universidades, a escassez de recursos humanos, as relações de poder nas disputa entre disciplinas e a ausência de tempo para uma discussão mais aprofundada. Por outro lado, é importante salientar o saudável movimento de discussão curricular que tais adequações acabam gerando. Dessa forma, acredita-se que a finalização dessa pesquisa possa contribuir para apontar caminhos que visem a aprimorar indicações de futuras reformas que poderão ser realizadas de forma conjunta com aqueles que a implantarão, reduzindo as situações negativas aqui citadas. Entende-se que tais situações, sobretudo da forma como as indicações foram realizadas, aparentam um desconhecimento da realidade das instituições, sobretudo públicas, de ensino superior, tanto no que diz respeito à sua estrutura como, principalmente, no que diz respeito à escassez de recursos humanos.

Palavras-chave: educação matemática, licenciatura em matemática, currículo, história oral.

DC-027